

Publicado no D.O.E. nº 9714
Dia 08 / 06 / 16



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDS, COM RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA – FIA/PR, E O MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DO PROGRAMA “ADOLESCENTES PARANAENSES”, APROVADO PELA DELIBERAÇÃO Nº 083/2014 – CEDCA/PR.

CONVÊNIO Nº 110/2016

PROTOCOLADO SOB Nº 11.371.099-3

O Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.416.940/0001-28, por intermédio da **Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.088.839/0001-06, com recursos do **Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA/PR**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.632.896/0001-85, com sede à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Palácio das Araucárias, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, neste ato representada pela Secretária de Estado, senhora **FERNANDA BERNARDI VEIRA RICHA**, portadora da CI nº 954.242-6 e inscrita no CPF/MF sob nº 604.858.099-15, residente e domiciliada em Curitiba/PR, doravante denominada **CONCEDENTE**, e o **MUNICÍPIO de QUEDAS DO IGUAÇU** com sede à Rua Juazeiro, nº 1065, Centro, Quedas do Iguaçu/PR, CEP 85.460-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.962/001-49, doravante denominado **CONVENENTE**, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, senhor **EDSON JUCEMAR HOFFMANN PRADO**, portador da CI nº 4.485.921-1 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 588.849.479-87, residente e domiciliado à Rua dos Angico, nº 1091, Quadra 069 Lote 04, CEP 85.460-000, Quedas do Iguaçu/PR, resolvem celebrar o presente Convênio, devidamente autorizado pelo Senhor Governador do Estado, no processo nº 13.155.579-2, em **20/08/2015**, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei Estadual nº 15.608/2007, correspondente, no Decreto Estadual nº 6.191/2012, na Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 e na Instrução Normativa nº 061/2011, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no Edital nº 005/2012 – SEDS, e o constante no Processo em epígrafe, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a transferência de recursos da **CONCEDENTE** ao **CONVENENTE** para a implantação, desenvolvimento e fortalecimento de ações voltadas ao Programa **Adolescentes Paranaenses**, conforme Plano de Trabalho e Plano de Aplicação, elaborados pelo **CONVENENTE** e aprovados pela **CONCEDENTE**, que passam a fazer parte integrante do presente Instrumento, independentemente de sua transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO. Excepcionalmente, admitir-se-á ao **CONVENENTE** propor a reformulação justificada do Plano de Aplicação, que será previamente apreciada pela Coordenação do Programa e submetida à aprovação da **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto e a categoria econômica das despesas.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONCEDENTE

- a) transferir os recursos financeiros para execução deste convênio, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) a execução do presente convênio será acompanhada por representante da **CONCEDENTE** registrado no **SIT/TCE**, que anotarà em registro próprio toda a ocorrência relacionada à execução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas;
- c) providenciar a publicação deste instrumento no prazo e na forma da Lei, às suas expensas.

II – DO CONVENENTE

- a) na execução do Programa, observar, cumprir e fazer cumprir as determinações contidas na Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), especialmente no que tange ao objeto deste Convênio;
- b) iniciar a execução do objeto do Convênio expresso no Plano de Trabalho em 30 (trinta) dias, após o recebimento dos recursos;
- c) as despesas realizadas com recursos da transferência deverão ser precedidas de regular processo licitatório;
- d) não utilizar os recursos recebidos da **CONCEDENTE**, inclusive os rendimentos de aplicação no mercado financeiro, bem como os correspondentes a sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- e) a comprovação das despesas efetuadas se dará por notas fiscais e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter, além da descrição do bem ou do serviço adquirido, expressa menção ao número do convênio, seguido do ano e da sigla **SEDS/CEDCA/FIA/PR**;
- f) o documento emitido deve ser legível, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados;
- g) apresentar relatórios em instrumentos indicados pela **SEDS** de execução físico-financeira deste Convênio, compatível com a liberação dos recursos transferidos, assim como relatórios técnicos quantitativos e qualificativos sobre a execução do objeto sempre que solicitado e na forma exigida;
- h) responsabilizar-se por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, bem como por todos os litígios de natureza trabalhista e previdenciária decorrentes dos recursos humanos utilizados no projeto pelo **CONVENENTE**;
- i) observar a normatização referente ao Programa emanada pela **CONCEDENTE**, bem como participar das capacitações e eventos promovidos pela **SEDS** e **CEDCA/PR** que se referirem ao Programa;
- j) identificar os equipamentos adquiridos constantes no Plano de Aplicação, com plaqueta contendo o seguinte texto: **SEDS/CEDCA/FIA – DELIBERAÇÃO Nº 083/2014**.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E DA VIGÊNCIA

O prazo para execução do Convênio será de 12 (doze) meses e o prazo da vigência será de 14 (quatorze) meses, a contar da data da publicação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, desde que solicitado com 90 (noventa) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Os recursos para a execução do objeto deste **Convênio**, no montante de **R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)**, incluindo a contrapartida do **CONVENENTE**, serão alocados conforme Plano de Aplicação aprovado, obedecendo a seguinte distribuição:

a) Recursos da **CONCEDENTE**

R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), Fonte **102**, Dotação Orçamentária **5760.08243024.417**, Rubricas **4440.4201** e **3340.4101**, e de empenhos nº **5760.0000600199-1** e **5760.0000600200-1** ambos de 18 de Abril de 2016.

b) Recursos do **CONVENENTE**

R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de contrapartida.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: o **CONVENENTE** deverá depositar e movimentar os recursos financeiros liberados pela **CONCEDENTE**, inclusive a sua contrapartida, exclusivamente em conta específica vinculada ao Convênio e em instituições bancárias oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), devendo ser aplicados financeiramente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: o **CONVENENTE** promoverá o crédito do recurso financeiro referente à contrapartida, de acordo com o Plano de Aplicação aprovado, no ato do repasse da primeira parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO: a movimentação dos recursos pelo **CONVENENTE**, somente poderá correr mediante emissão de cheque nominativo, cruzado e não endossável; ordem bancária, transferência eletrônica ou outra modalidade que identifique a destinação dos recursos e, nos casos de pagamento, o credor.

PARÁGRAFO QUARTO: o valor do Convênio da **CONCEDENTE** não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS

Os recursos financeiros mencionados na Cláusula Quarta, serão liberados conforme cronograma de desembolso:



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

INVESTIMENTO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Única	R\$ 42.180,00	Kit Básico -	No início da vigência, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula

CUSTEIO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Única	R\$ 17.820,00	Kit Básico -	No início da vigência, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula

INVESTIMENTO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Primeira	R\$ 3.000,00	1º quadrimestre	No início da vigência, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula

CUSTEIO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Primeira	R\$ 17.000,00	1º quadrimestre	No início da vigência, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula

CUSTEIO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Segunda	R\$ 20.000,00	2º quadrimestre	Após a Execução de 90% do 1º Repasse, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula

CUSTEIO

PARCELA	VALOR	REFERÊNCIA	LIBERAÇÃO
Terceira	R\$ 20.000,00	3º quadrimestre	Após a Execução de 90% do 2º Repasse, atendida as exigências do Parágrafo Primeiro desta Cláusula



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

PARÁGRAFO PRIMEIRO: a liberação dos recursos financeiros das parcelas citadas ficará condicionada à apresentação das certidões exigidas legislação em vigor, quais sejam: Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado; Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Abrange inclusive as Contribuições Sociais; Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, Certidão Negativa para Transferências Voluntárias; Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, demonstrar regularidade no CADIN Estadual e dos documentos que trata o art. 5º, § 3º do Edital de Adesão nº 05/2012 – SEDS, publicado no DIOE nº 8787, de 29.08.2012.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quaisquer documentos que venham a ser exigidos por legislação específica como condições para recebimento de recursos públicos passarão automaticamente a fazer parte do rol desta Cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESTINAÇÃO DOS BENS ADQUIRIDOS

Os Materiais Permanentes e Equipamentos adquiridos com recursos financeiros transferidos pela **CONCEDENTE** passarão a incorporar ao patrimônio do **CONVENENTE**, após a emissão do **Termo de Objetivos Atingidos, Termo de Instalação e Funcionamento** e a aprovação de contas final do Convênio, desde que assegurada a continuidade do Projeto de atendimento proposto inicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Sendo o Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na cláusula Décima Primeira, bem como o Projeto ora apoiado deixar de ter o seu curso regular, os bens patrimoniais (equipamentos e materiais permanentes) acima referidos serão redirecionados a uma entidade congênere com programa similar na área da infância e adolescência, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, da sede do **CONVENENTE**, após a aprovação da **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Para as atribuições de acompanhamento e fiscalização das ações constantes no Plano de Trabalho e/ou Projeto Básico do presente instrumento fica indicada a técnica **Leocádia Aparecida de Siqueira Levandoski**, inscrita no **CPF/MF sob nº 882.321.909-49**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para o efetivo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Plano de Trabalho, a **CONVENENTE** obriga-se a respeitar as normas estabelecidas na Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014 e Instrução Normativa nº 061/11, ambas do TCE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todos os atos relativos à prestação de contas deverão ser registrados no **Sistema Integrado de Transferência – SIT/TCE**.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

É obrigatória a restituição pelo **CONVENENTE** de eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira à **CONCEDENTE** (Conta Recursos FIA) ao final da execução do objeto, expiração do prazo de vigência, denúncia, rescisão ou extinção deste **Convênio**, devidamente atualizados monetariamente no prazo de **30 (trinta) dias**.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O **CONVENENTE** deverá, ainda, restituir a **CONCEDENTE** o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida;
- b) Quando não for executado o objeto do ato da transferência voluntária do Convênio;
- c) Quando ocorrer qualquer fato do qual resulte prejuízo ao Erário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O **CONVENENTE** ficará obrigado a recolher à conta da **CONCEDENTE** (Conta Recursos **FIA**) o valor corrigido dos recursos alocados (**CONCEDENTE E CONVENENTE**) quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio.

CLÁUSULA NONA – DOS DOCUMENTOS

Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão ser arquivados pelo **CONVENENTE** em ordem cronológica, em sua sede, onde ficarão à disposição da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social – **SEDS**, e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CEDCA/PR**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VEDAÇÃO DE DESPESAS

São vedadas despesas à conta dos recursos do presente Convênio porventura realizadas com finalidade diversa do estabelecido neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência, com posterior cobertura, e especialmente:

- a) cobrir despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- b) pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;
- c) pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- d) aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
- e) realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- f) pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo descumprimento de determinações legais ou conveniais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, no caso de inadimplemento de quaisquer de suas Cláusulas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Convênio;
- b) a não execução do objeto conveniado;
- c) não cumprimento de qualquer cláusula do convênio.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

PARÁGRAFO ÚNICO: Ocorrendo a denúncia ou qualquer das hipóteses que implique em rescisão deste Convênio ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes no prazo em que tenha vigido este instrumento, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este Convênio poderá ser alterado, bem como o seu prazo de vigência prorrogado conforme as disposições da Cláusula Terceira do presente instrumento, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, vedada porém a mudança de objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas da Transferência se dará mediante as informações constantes do Sistema Integrado de Transferências – SIT, nos Termos da Resolução nº 028/11, alterada pela Resolução nº 46/2014 – TCE;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: os dados serão informados bimestralmente no Sistema Integrado de Transferências – SIT, independente da realização de repasses ou despesas e, em todos os bimestres deverá haver envio de informações ao Tribunal pelo **CONVENENTE** e pela **CONCEDENTE**, por intermédio do **SIT**;

PARÁGRAFO SEGUNDO: o prazo final para o envio das informações no **SIT** será de 30 (trinta) dias para o **CONVENENTE** e de 60 (sessenta) dias para a **CONCEDENTE**, contados do encerramento do bimestre a que se referem.

PARÁGRAFO TERCEIRO: no caso de o encerramento do prazo mencionado no **Parágrafo Segundo** recair em feriado ou final de semana, o mesmo ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

PARÁGRAFO QUARTO: sem prejuízo dos prazos finais para os fechamentos bimestrais, as demais informações poderão ser lançadas no Sistema Integrado de Transferência – SIT, a qualquer momento após a ocorrência do fato a ser informado.

PARÁGRAFO QUINTO: o prazo final para a prestação de contas de transferência será o mesmo para o encerramento do bimestre em que houver a extinção do ato, conforme definido no art.15, §4º da Resolução nº 028/2011, alterada pela Resolução nº 46/2014 – TCE.

PARAGRAFO SEXTO: a **CONCEDENTE**, ao final da transferência encaminhará a Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

As solicitações, comunicações e registro de ocorrências referentes ao presente Convênio deverão ser feitas via ofício, fax, e-mail, carta protocolada ou telegrama e nestes casos, deverão ser entregues no Escritório Regional de **Laranjeiras do Sul**.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Trabalho
e Desenvolvimento Social

Convênio nº 110/2016 – SEDS/FIA – Adolescentes Paranaenses

SIT nº _____

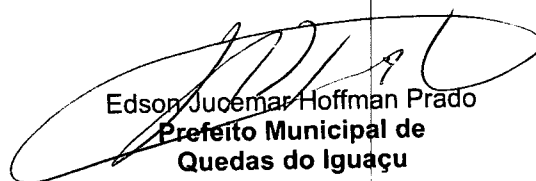
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Os partícipes, neste ato, elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

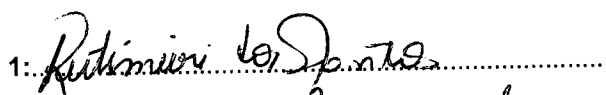
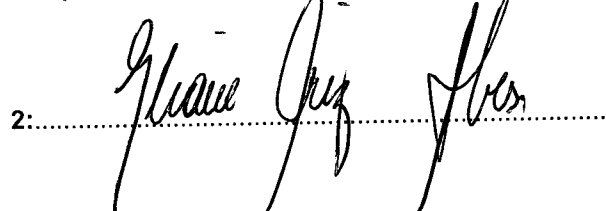
E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba, 02 de Maio de 2016.


Fernanda Bernardi Vieira Richa
Secretária de Estado do Trabalho e
Desenvolvimento Social


Edson Juocemar Hoffman Prado
Prefeito Municipal de
Quedas do Iguaçu

TESTEMUNHAS:

1: 
2: 

RG: 89627976


Eliane Cruz Alves
Assistente
Central de Convênios SEDS
RG: 13.568.734-0/PR

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SEIL

PARANÁ EDIFICAÇÕES - PRED

CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL (NCB) N.º 001/2016

PROTÓCOLO N.º 11.034.802-9

AVISO DE LICITAÇÃO

Data: 07/06/2016

Acordo de Empréstimo n.º 8201/2013 - BR

Concorrência Pública Nacional (NCB) n.º 001/2016- PRED

1. O Estado do Paraná recebeu um empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (doravante denominado "Banco"), em diversas moedas, no montante de US\$ 350 000 000,00 (trezentos e cinquenta milhões de dólares) para o financiamento do Projeto Multissetorial para o desenvolvimento do Paraná e pretende aplicar parte dos recursos em pagamentos decorrentes do contrato para a execução de reparos e melhorias no Núcleo Regional da Agricultura de Jacarezinho, Sítio a Rua do Rosário, n.º 641, no município de Jacarezinho. A licitação está aberta a todos os interessados oriundos de países elegíveis do Banco.

2. A Paraná Edificações doravante denominado Contratante convida os interessados a se habilitarem junto a SEAP/DEAM através do site www.seap.pr.gov.br e apresentarem propostas para a execução de reparos e melhorias no Núcleo Regional da Agricultura de Jacarezinho, Sítio a Rua do Rosário, n.º 641, no município de Jacarezinho.

3. Os dados necessários para conhecimento do processo, contendo o Edital, projetos e os documentos adicionais, poderão ser retirado no site www.seap.pr.gov.br, esclarecimentos e questionamentos através do endereço seap@seap.pr.gov.br ou pelo tel (041) 3304-8621.

4. As propostas deverão ser entregues na Sala de Licitações da PRED, sito na Avenida Iguaçu, 420, 6. andar, em Curitiba - Pr, até às 09:30 horas do dia 18 de julho de 2016 acompanhada de Garantia da Proposta de 5% (cinco por cento) no caso da Licitante apresentar Garantia Bancária, Fiança Bancária ou Cheque Administrativo e de 15% (quinze por cento) no caso da Licitante apresentar Seguro Garantia e serão abertas às 09:30 horas do mesmo dia, na presença dos interessados que desejarem assistir a cerimônia de abertura.

5. O Concorrente poderá apresentar proposta individualmente ou como participante de um consórcio.

LUÍZ FERNANDO DE SOUZA JAMUR
DIRETOR GERAL DA PARANÁ EDIFICAÇÕES - PRED

49651/2016

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 114/2016

Protocolo: 12.029.491-1

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS, com a intervenção da Paraná Edificações-PRED e o Município de Santa Helena.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para o financiamento na implementação de ações para o "Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional" conforme Plano de Trabalho - Delib 022/2013 e 156/2013 - CEDCA/PR.

Execução e Vigência: ...24 (vinte e quatro) meses contados da data da publicação.

Valor: R\$ 83.801,41 (oitenta e três mil, oitocentos e um reais e quarenta e um centavos).

Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, elementos de despesa 5760.4101 e 4440.4201, Fonte 102-FIA/PR, Empenhos 5760.0000.6.00222-1 e 5760.0000.6.00223-1, ambos de 18/05/2016.

Autorização Governamental: em 17/05/2016, processo nº 12.029.491-1, assinado em 24/05/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 113/2016

Protocolo: 11.371.103-5

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Marquinho.

Objeto: Transferência de recursos financeiros para a implantação de ações voltadas ao Programa "Adolescentes Paranaenses", conforme Plano de Trabalho - Delib 042/2015 - CEDCA/PR.

Execução e Vigência: Prazo de Execução 12 (doze) meses e o prazo de Vigência 14 (quatorze) meses contados da data da publicação.

Valor: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, elementos de despesa 5760.4101 e 4440.4201, Fonte 102-FIA/PR, Empenhos 5760.0000.6.00222-1 e 5760.0000.6.00223-1, ambos de 18/05/2016.

Autorização Governamental: em 20/08/2015, processo nº 13.155.579-2, assinado em 24/05/2016.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 110/2016

Protocolo: 11.371.099-3

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Quedas do Iguaçu.

Objeto: transferência de recursos financeiros para a implantação de ações voltadas ao Programa "Adolescentes Paranaenses", conforme Plano de Trabalho - Delib 083/2014 - CEDCA/PR.

Execução e Vigência: Prazo de Execução 12 (doze) meses e o prazo de Vigência 14 (quatorze) meses contados da data da publicação.

Valor: R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).

Dotação Orçamentária: 5760.08243024.417, elementos de despesa 5760.4101 e 4440.4201, Fonte 102-FIA/PR, Empenhos 5760.0000.6.00199-1 e 5760.0000.6.00200-1, ambos de 18/04/2016.

Autorização Governamental: em 20/08/2015, processo nº 13.155.579-2, Assinado em 02/05/2016.

Curitiba, 07 de Junho de 2016
Fernanda Bernardi Vieira Richa

Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS.

50025/2016

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e as Entidades constante do anexo I

Da Denominação:..por força da Lei nº 18.778/16 a Concedente passará a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS

Das Obrigações:..fica indicada a Técnica Rosalina Bergamo

CPF 324.124.879-87, para fiscalização e acompanhamento

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e demais ativos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas

Anexo I

Protocolo	Entidade	Conv. nº	Programa	Data de Assinatura
10.787.452-6	Assoc. Maringa Apoiando a Recuperação de Vidas - MAREV	7º TA ao TC 062/16	Comunidades Terapêuticas	30/05/16
10.787.451-8	AMARAS RIQUANTO MUNDÓ JOVEM	7º TA ao TC 052/16	Comunidades Terapêuticas	30/05/16

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 249/2013

Protocolo: 11.222.948-5

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS com a intervenção da Paraná Edificações - PRED e o Município de Alto Piquiri

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 06/05/2017

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e demais aditivos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 06/05/2016.

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 397/2013

Protocolo: 11.519.934-0

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Pato Branco

Da Denominação:..por força da Lei nº 18.778/16 a Concedente passará a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 25/05/2017

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e dos demais aditivos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 25/05/2016.

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 154/2013

Protocolo: 11.665.758-9

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Campo Mourão

Da Denominação:..por força da Lei nº 18.778/16 a Concedente passará a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 29/01/2017

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e dos demais aditivos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 31/05/2016.

EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 321/2013

Protocolo: 11.156.392-6

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS com a intervenção da Paraná Edificações - PRED e o Município de Campo Mourão

Da Denominação:..por força da Lei nº 18.778/16 a Concedente passará a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 22/09/2016

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e dos demais aditivos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 25/05/2016.

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 060/2014

Protocolo: 13.007.870-2

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS (Lei 18.778/16) e o Município de Campina da Lagoa

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 13/12/2016

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e do Primeiro Termo Aditivo não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 20/05/2016.

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 276/2013

Protocolo: 11.288.867-5

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Campina da Lagoa

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 02/11/2016

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e dos demais aditivos, não atingidas por este Termo, ficam ratificadas. Assinado em 06/05/2016.

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 451/2011

Protocolo: 11.222.275-8

Participes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS e o Município de Castro

Da Denominação:..por força da Lei nº 18.778/16 a Concedente passará a designar-se Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social-SEDS

Da Vigência: Fica prorrogado o prazo até a data de 03/06/2017

Da Alteração do Plano de Aplicação: aprovado pela SEDS em 28/04/2016

Da Ratificação: demais cláusulas do Termo Originário e dos demais